



CONTRATO Nº 20250005

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 20250005, QUE FAZEM ENTRE SI A Prefeitura Municipal de Mocajuba, POR INTERMÉDIO DO (A) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA R S LOBATO NETO LTDA - DEMAIS.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de MOCAJUBA, através do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ-MF, Nº 11.939.601/0001-80, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) WILSON MORAES JUNES, Secretário Municipal de Saúde, e do outro lado R S LOBATO NETO LTDA - DEMAIS, CNPJ/CPF CNPJ 38.028.373/0001-43, com sede na RUA DOS MUNDURUCUS 2710, CREMAÇÃO, Belém-PA, CEP 66040-033, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr.(a).ROMARIO SAMPAIO LOBATO NETO, portador do(a) CPF 822.061.632-68, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS EM GERAL, MATERIAIS HOSPITALARES ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOCAJUBA/PA, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. Itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
062836	FENOBARBITAL 100MG - Marca.: CRISTALIA A embalagem deverá conter a impressão venda proibida pelo comércio. Apresentar registro dos produtos na Anvisa e Certificado de Boas Práticas, Fabricação conforme resolução Anvisa nº460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial.	COMPRIMIDO	40.000,00	0,160	6.400,00
113537	Azitromicina 40mg/ml suspensão - Marca.: PRATI A embalagem deverá conter a impressão venda proibida pelo comércio. Apresentar registro dos produtos na Anvisa e Certificado de Boas Práticas, Fabricação conforme resolução Anvisa nº460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial.	FRASCO	3.000,00	7,220	21.660,00
113538	PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO ENVELOPADO - Marca.: CRISTALIA A embalagem deverá conter a impressão venda proibida pelo comércio. Apresentar registro dos produtos na Anvisa e Certificado de Boas Práticas, Fabricação conforme resolução Anvisa nº460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial.	COMPRIMIDO	5.000,00	0,250	1.250,00
113539	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI 1.200.000UI + DILUENTE - Marca.: TEUTO A embalagem deverá conter a impressão venda proibida pelo comércio. Apresentar registro dos produtos na Anvisa e Certificado de Boas Práticas, Fabricação conforme resolução Anvisa nº460/99. Em caso de fabricante fora do mercosul, apresentar documento do país de origem traduzido por tradutor oficial.	AMPOLA	7.500,00	5,050	37.875,00
113540	ALGODÃO HIDROFILO COMPOSTO DE FIBRAS 100% ALVEJADOS - Marca.: NATHY	UNIDADE	4.000,00	11,900	47.600,00

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE MOCAJUBA
 Prefeitura Municipal de Mocajuba



	ISENTO DE IMPUREZAS, SUBSTANCIAS GORDUROSAS E ALVEJANTES. MANTAS UNIFORMES ENVOLVIDAS EM PAPEL ESPECIAL E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACOS PLASTICOS COM 500G. ISENTO DE IMPUREZAS, SUBSTANCIAS GORDUROSAS E ALVEJANTES. MANTAS UNIFORMES ENVOLVIDAS EM PAPEL ESPECIAL E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACOS PLASTICOS COM 500G.			
113541	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL TAM G - Marca.: POLARF PACOTE FRALDA GERIATRICA, INCONTINENCIA, POS-PARTO, POS-OPERATORIO, USO UNISSEX, USO UNICO, DESCARTAVEL, TAMANHO G, NUCLEO ABSORVENTE, CINTURA AJUSTAVEL. EMBALAGEM CONTENDO 08UNIDADES.	1.500,00	8,960	13.440,00
113542	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL TAM P - Marca.: POLARF PACOTE FRALDA GERIATRICA USO GERIATRICO, INCONTINENCIA, PÓS PACOTE-PARTO, POS-OPERATORIO, USO UNISSEX, USO UNICO, DESCARTAVEL, TAMANHO P, NUCLEO ABSORVENTE, CINTURA AJUSTAVEL, EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES.	1.500,00	18,600	27.900,00
113543	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL - TAM XG - Marca.: POL PACOTE ARFIX FRALDA GERIATRICA USO GERIATRICO, INCONTINENCIA, POS-PARTO, POS-OPERATORIO, USO UNISSEX, USO UNICO, DESCARTAVEL, TAMANHO XG, NUCLEO ABSORVENTE, CINTURA AJUSTAVEL, EMBALAGEM CONTENDO 08 UNIDADES.	1.500,00	9,200	13.800,00
113544	FRALDA PEDIATRICA DESCARTAVEL TAM G - Marca.: CONFOR PACOTE T BABY FRALDA DESCARTAVEL - TAM G - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAMANHO G - EMBALAGEM CONTENDO 28 UNIDADES.	150,00	30,080	4.512,00
113545	GLICOSE 25% 10 ML - Marca.: FARMACE AMPOLA GLICOSE 25% 10 ML - AMPOLA	15.000,00	0,440	6.600,00
113546	PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO ENVELOPADO - Marca.: CRIS COMPRIMIDO TALIA A EMBALAGEM DEVERA CONTER A IMPRESSAO VENDA PROIBIDA PELO COMERCIO. APRESENTAR REGISTRO DOS PRODUTOS NA ANVISA E CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS, FABRICAÇÃO E CONTROLE - CBPFC DO FABRICANTE CONFORME RESOLUÇÃO ANVISA Nº 460/99. EM CASO DE FABRICANTE FORA DO MERCOSUL, APRESENTAR DOCUMENTO DO PAIS DE ORIGEM TRADUZIDO PELO TRADUTOR OFICIAL.	4.000,00	6,730	26.920,00
113547	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M EM LATEX NATURAL - Ma CAIXA rca.: SOFT AID LUVA DE PROCEDIMENTO M, EM LATEX NATURAL, DESCARTAVEL, AMBIDESTRA, TEXTURA UNIFORME, COM ALTA SENSIBILIDADE TACTIL, BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE A TRAÇÃO, COMPRIMIDO MINIMO DE 25CM, COM BAINHA, ESPESSURA MINIMA DE 0,16MM, LUBRIFICADA COM PO BIOABSOR, CAIXA COM 100 UNIDADES.	25.000,00	13,000	325.000,00
113548	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO 2.000ML - Ma UNIDADE rca.: MEDIX BOLSA COLETORA DE UNINA 2.000ML	2.500,00	4,000	10.000,00
113549	ATADURA GESSADA 20CM C/20 - Marca.: POLARFIX UNIDADE NA COR BRANCA, ALVEJADA, ISENTA DE AMIDO, DEXTRINA, ALCALIS, ACIDOS, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES OPTICOS, CONFECCIONADA EM TECIDO DE GAZE ESPECIAL 100% ALGODAO, IMPREGNADA UNIFORMEMENTE COM MASSA DE POUCA VISCOSIDADE COMPOSTA DE GESSO, DERIVADOS DE CELULOSE E SOLVENTES ANIDROS, BORDAS COM CORTE SINUOSO PARA EVITAR O DESFIAMENTO DURANTE A CONFECCAO DO APARELHO GESSADO E COM TEMPO DE SECAGEM NO MAXIMO DE 10 MINUTOS. EMBALAGEM INDIVIDUAL. NA EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO PUBLICO.	250,00	100,000	25.000,00
113550	ABRIDOR DE BOCA OPRAGATE - Marca.: IVOCLEAR VIVADENT KIT KIT ABRIDOR DE BOCA ABRITEC. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES PARA KIT EG.	30,00	15,000	450,00
113551	AGULHA GENGIVAL MATERIAL DA TAMPA PROTETORA TAMANHO CAIXA 30 G LONGA CAIXA COM 100 - Marca.: PROCARE AGULHA GENGIVAL. MATERIAL DA TAMPA PROTETORA: POLIPROPILENO MATERIAL AÇO INOXIDAVEL SILICONADO FORMATO DO BISEL: TRIFACETADO. TAMANHO 30G LONGA CAIXA COM 100 UNIDADES.	150,00	57,070	8.560,50
113552	AGULHA GENGIVAL MATERIAL DA TAMPA PROTETORA TAMANHO CAIXA 27 G CURTA CAIXA - Marca.: PROCARE AGULHA GENGIVAL MATERIAL DA TAMPA PROTETORA: POLIPROPILENO MATERIAL AÇO INOXIDAVEL SILICONADO FORMATO DO BISEL: TRIFACETADO. TAMANHO 27G CURTA CAIXA COM 100 UNIDADES.	225,00	36,860	8.293,50
113553	ALENIA 12+ 400MG - Marca.: ACHE COMPRIMIDO	1.000,00	2,400	2.400,00
113554	ATADURA ORTOPEDICA 20CMX1,8M - Marca.: POLARFIX UNIDADE	1.500,00	11,120	16.680,00
113555	BOBINA ORTOPEDICA 20CM X 1,8M BOBINA PARA PAPEL GRAU CIRURGICO 15CMX100M - Marca.: ROLO ZERMATT	25,00	65,200	1.630,00
113556	BOBINA PARA PAPEL GRAU CIRURGICO 15CMX100M BROMOPRIDA 400MG - Marca.: TEUTO BROMOPRIDA 400MG	6.000,00	0,880	5.280,00
113558	CATETER DE POLIURETANO COM REVESTIMENTO HIDROFILO 12 - Marca.: SPEEDCATH UNIDADE	1.125,00	13,000	14.625,00
113559	CATETER DE POLIURETANO COM REVESTIMENTO HIDROFILO 12 PREDNISOLONA 20MG SACCHAROMYCES CEREVISIAE PREDNISOL ONA 20MG SACCHAROMYCES CEREB - Marca.: HIPOLABOR PREDNISOLONA 20MG SACCHAROMYCES CEREVISIAE PREDNISOLONA 20MG SACCHAROMYCES CEREVISIAE(50 MILHOES) FLACONETE 5.	2.500,00	15,000	37.500,00
113560	CLORANFENICOL 1G-PÓ - Marca.: BLAU AMPOLA	5.000,00	5,800	29.000,00
113561	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA - Marca.: EMS COMPRIMIDO	10.000,00	0,910	9.100,00
113562	RINGER SIMPLES (0,0086+0,00033)MG/ML - Marca.: FARMA BOLSA RINGER SIMPLES (0,0086+0,00033)MG/ML - SISTEMA	10.000,00	6,370	63.700,00

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE MOCAJUBA
Prefeitura Municipal de Mocajuba



113563	FECHADO SOLUCAO INJETAVEL. EMBALAGEM COM FRASCO DE POLIETILENO EM 500 ML. CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG/ML - Marca.: TEUTO AMPOLA	7.500,00	1,580	11.850,00
113564	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG/ML - SOLUCAO INJETAVEL EMBALAGEM COM AMPOLA DE 2ML. COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA 13 FIOS CIRCULAR TIPO QU UNIDADE EIJO - Marca.: BIOTEXTI	5.000,00	15,780	78.900,00
113565	COMPRESA DE GAZE HIDROFILA 13 FIOS CIRCULAR TIPO QUEIJO 91X91 CM EM ALGODAO EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML - Marca.: CRISTALIA AMPOLA	1.000,00	10,080	10.080,00
113566	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML. DRENO DE TORAX COM CONECTOR 16 - Marca.: CIRURGICA B UNIDADE RASIL	75,00	4,840	363,00
113567	DRENO DE TORAX COM CONECTOR 16. DRENO DE TORAX COM CONECTOR 28 - Marca.: CIRURGICA B UNIDADE RASIL	75,00	4,840	363,00
113568	DRENO DE TORAX COM CONECTOR 28. ESTOLATO DE ERITROMICINA 50 MG - Marca.: PRATI COMPRIMIDO	15.000,00	1,190	17.850,00
113569	ESTOLATO DE ERITROMICINA 500MG. FILME PERIAPICAL ADULTO E INFANTIL-FILME DENTAL - Ma CAIXA rca.: CARESTREAM	195,00	195,000	38.025,00
113570	FILME PERIAPICAL ADULTO E INFANTIL-FILME DENTAL INTRAORAL DE VELOCIDADE E CAIXA COM 150 PELICULAS. FIO PARA SUTURA POLIGLACTINA 910 N 0 - Marca.: SHALO CAIXA	100,00	146,880	14.688,00
113571	FIO PARA SUTURA POLIGLACTINA 910 Nø 0, COM AGULHA CILINDRICA 1/2, 5CM, EMBALAGEM COM 24 UNIDADES. FIO PARA SUTURA POLIGLACTINA 910 N 3 - Marca.: SHALO CAIXA	50,00	171,840	8.592,00
113572	FIO PARA SUTURA POLIGLACTINA 910 Nø 3, COM AGULHA CILINDRICA 1/2, 3,5 CM, EMBALAGEM COM 24 UNIDADES. FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAMANHO RN - Marca.: CON PACOTE FORT BABY	150,00	30,960	4.644,00
113573	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL, TAMANHO: RN, EMBALAGEM CONTENDO 36 UNIDADES. LUVAS PARA PROCEDIMENTO NAO CIRURGICO A BASE DE LATE CAIXA X DE BORRACHA NATURAL - Marca.: SOFT AID	10.000,00	11,110	111.100,00
	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO, A BASE DE LATEX DE BORRACHA NATURAL LISA, COM PRESENÇA DE PO BIOABSORVIVEL, COM REDUZIDO INDICE DE PROTRINAS E DE RESIDUOS QUIMICOS TAMANHO G EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.			

VALOR GLOBAL R\$ 1.061.631,00

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) A Proposta do Contratado;
- c) Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ 1.061.631,00 (um milhão, sessenta e um mil, seiscentos e trinta e um reais).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº A.2025-001, na modalidade CARONA e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO



4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. Este Contrato terá validade e eficácia legal iniciando-se imediatamente após a publicação do seu extrato e estendendo-se até 27 de Janeiro de 2026.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas



expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

V - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VI - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE MOCAJUBA
Prefeitura Municipal de Mocajuba



descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



7.2. É vedado à CONTRATADA:

- I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;
- II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e
- III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

- I - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS Projeto/Atividade: 10.122 0010 2.078 - Manutenção das Ações do Bloco de Gestão do Sus - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo, 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS Projeto/Atividade: 10.301 0010 2.086 - Manutenção da Atenção Primária em Saúde - APS - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS Projeto/Atividade: 10 302 0010 2.102 - Manutenção da Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial - MAC - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS Projeto/Atividade: 10 303 0010 2.107 - Manutenção do Programa Assistência Farmacêutica Básica - AFB, 3.3.90.30.00 - Material de Consumo, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS Projeto/Atividade: 10 303 0010 2.108 - Aquisição de Medicamentos Controlados (Psicotrópicos) p/ pacientes do CAPS I, - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo



CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente



sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07 de Janeiro de 2025

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da



anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANT pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;



XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justifica r a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;



II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de MOCAJUBA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

MOCAJUBA - PA, 27 de Janeiro de 2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ(MF) 11.939.601/0001-80
CONTRATANTE

R S LOBATO NETO LTDA - DEMAIS
CNPJ 38.028.373/0001-43
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____